



ATA N.º 3

Ao 8 dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas 11h:00m, nas instalações da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, sita em Campo Grande nº 50, 1700-093 Lisboa, reuniu o júri do procedimento concursal comum para recrutamento de 90 inspetores veterinários para o desempenho das atividades associadas à carreira especial de inspeção veterinária, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 141/2019, de 19 de setembro, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por nomeação, para exercer funções na Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, conforme aviso que se encontra para publicação em Diário da República. Foram obtidos despachos autorizadores, conforme Artigo 30.º da LTFP (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas): Despachos n.ºs 829/2023/SEO, de 20 de setembro e 253/2023/MF, de 10 de novembro.

Presidente: Susana Isabel Domingues Coelho da Fonseca, Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

- Primeiro Vogal Efetivo: Maria Manuel Ferreira Alves Pereira, Diretora de Serviços de Segurança Alimentar;
- Segundo Vogal Efetivo: Rosa Maria Albuquerque Rodrigues, Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro,

A presidente do júri, Susana Isabel Domingues Coelho da Fonseca, Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região de Lisboa e Vale do Tejo deu início à reunião, sendo a ordem de trabalhos:

- 1. Registo do términus do período de audiência de interessados.
- 2. Correção das Provas de Conhecimentos.
- **3.** Aprovação da lista de classificação dos resultados obtidos na Prova de Conhecimento (anexo I).
- **4.** Notificação aos(as) candidatos(as) dos resultados obtidos no primeiro método de seleção e audiência de interessados.





5. Elaboração da lista provisória dos(as) candidatos(as) admitidos(as) ao segundo método de seleção Avaliação Psicológica (anexo II).

Em conformidade como os artigos 16.º; 22.º e 25.º todos da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e em conjugação com o artigo 122.º, do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, sem prejuízo das alterações dadas pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro de 2020, o júri deliberou proceder à audiência dos(as) candidatos(as) excluídos(as) e admitidos(as), e terminado o prazo de audiência de interessados, e não tendo havido qualquer pronúncia, por parte dos(as) candidatos(as) excluídos(as) e por parte dos(as) candidatos(as) admitidos(as), a lista provisória que constituiu o Anexo da Ata n.º 2 torna-se numa lista definitiva.

Conforme o ponto dois, da ordem de trabalhos da presente reunião, e tendo-se realizado, no passado dia 6 de abril de 2024, as Provas Escritas de Conhecimentos, verificou-se que, dos(as) 145 candidatos(as) com a prova às 10h:00m, apenas compareceram à mesma, sem desistência, 119 candidatos(as).

Cumpre ainda registar que 4 dos(as) candidato(as), conforme redigido no Anexo I, após a notificação e agendamento do 1º método de seleção em resposta vieram, por e-mail, informar da sua desistência do procedimento ou da sua não intenção de comparência ao método mencionado. Os e-mails rececionados, referentes ao supramencionado, encontram-se arquivados na pasta do procedimento administrativo do concurso referido em epígrafe.

Por fim relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a não comparência dos restantes 22 candidatos(as) admitidos(as), ao método de seleção Prova de Conhecimentos, para o qual foram convocados(as) e que não manifestaram desistência por escrito, resulta no seu afastamento relativamente aos restantes métodos de seleção do procedimento.





Por fim conforme o ponto dois, da ordem de trabalhos, o júri, passou de seguida à correção da prova escrita, para proceder à elaboração da lista dos resultados obtidos pelos(as) candidatos(as).

Sequencialmente conforme o ponto três, da ordem de trabalhos, e após a elaboração da lista dos resultados obtidos, o júri, deliberou aprovar a lista supramencionada sendo a mesma anexa à presente Ata (anexo l). O júri, remeterá a presente Ata e seu anexo, a fim de os tornar públicos, para o site (www.dgav.pt), para aí poderem ser consultados. Procederse-á ainda à afixação de cópia da presente Ata e seu anexo na entrada dos serviços da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, conforme estatuído no n.º 1 do artigo 22.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Relativamente ao ponto quatro, da ordem de trabalhos, o júri deliberou ainda notificar todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) ou excluídos(as) no decorrer da Prova de Conhecimentos, de que se inicia o prazo da audiência de interessados, após a data da notificação por e-mail, devendo os mesmos, para o efeito, utilizar o formulário tipo "Exercício do Direito de Participação de Interessados", também disponível na página eletrónica da Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Caso os(as) candidatos(as) pretendam consultar o processo administrativo do procedimento, poderão fazê-lo mediante marcação, entre as 9:00h e as 17:00h de segunda a sexta-feira, nas instalações da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, sita em Campo Grande n.º 50, 1700-093 Lisboa.

Conforme o ponto cinco, da ordem de trabalhos, o júri elaborou a lista provisória de candidatos(as) admitidos(as) ao segundo método de seleção, Avaliação Psicológica (AP)., (anexo II). Caso em sede de audiência prévia não existam alegações das quais resultem alterações à supramencionada lista a mesma passará a ser considerada definitiva. Todas as notificações serão formalizadas por e-mail, conforme previsto no n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.





Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do júri presentes.

Presidente	
Primeiro Vogal Efetivo	
Segundo Vogal Efetivo	